

A história econômica brasileira na pena de Afonso Arinos de Melo Franco

Edmar Lisboa Bacha

1. Introdução¹

Jurista, político, memorialista, ensaísta, crítico cultural, Afonso Arinos de Melo Franco tem relevantes contribuições à historiografia econômica brasileira. São três seus livros: uma breve história econômica do Brasil cujo enfoque de ciclos de exportação chegou aos bancos escolares país afora; uma análise do desenvolvimento do patrimônio histórico-cultural do país, que se tornou referência para as políticas de salvaguarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); e uma história do primeiro Banco do Brasil, amplamente considerada como o principal registro da fase inicial das finanças brasileiras.

Este artigo é uma resenha desses três livros. A próxima seção descreve as circunstâncias de vida de Arinos que deram origem a cada um deles. As seções seguintes ocupam-se sucessivamente dos conteúdos de *Síntese da História Econômica do Brasil* (1938), *Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil* (1944) e *História do Banco do Brasil: Primeira Fase, 1808-1835* (1947), obedecendo a ordem em que os livros foram escritos e publicados. Breve conclusão fecha o artigo

2. Circunstâncias da escrita dos três livros

Memorialista por excelência, em seu monumental *A Alma do Tempo* (2018) Afonso Arinos de Melo Franco esclarece a origem de seus três livros sobre a história econômica do país. Em 1936, Arinos mudou-se com a família para casa na rua Anita Garibaldi, em Copacabana, onde viveu até 1957. Seus livros eram agora milhares, esclarece ele, “todos bem arrumados na espaçosa livraria”. Agrega que desde algum tempo vinha se interessando por assuntos brasileiros e assim enriqueceu consideravelmente a parte referente ao passado nacional. O estudo contínuo da história do Brasil, que determinava essa preocupação de aumentar sua brasileira, tivera início ainda na Suíça, em

¹Texto preparado para livro em homenagem aos 120 anos de Afonso Arinos de Melo Franco, organizado por Arno Wehling e Rogerio Faria Tavares. Sem implicá-los nos resultados, agradeço comentários de Angelo Carrara, Arno Wehling, Bolívar Lamounier, Flavio Rabelo Versiani, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, Pedro Malan e Thales Zamberlan Pereira.

1931-32, com leituras para preparo de sua original tese sobre *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*, publicada em 1937.

Ainda em 1936, Arinos aceitou convite do reitor Afonso Pena para assumir a cadeira de História do Brasil na recém-criada Universidade do Distrito Federal (UDF), idealizada por Anísio Teixeira. Ele relata ter se dedicado “ardorosamente, e a fundo, na minha tarefa, com todo o vigor de uma inteligência de 30 anos”. Após debater o programa do curso com Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, também professores da UDF, Arinos estruturou a história do Brasil em ciclos econômicos: pau-brasil, açúcar, ouro, café e, finalmente, indústria.

Arinos acreditava ser pioneiro em aplicar essa abordagem de ciclos à história brasileira, que mais tarde se popularizou em livros escolares. Entretanto, antes dele, Normano (1975 [1938], p. 36), com prefácio de 1932 à edição em inglês de 1935, já dizia que a característica principal da história econômica brasileira era a permanente mudança dos produtos que chamou de “produtos-rei”: açúcar, cacau, ouro, fumo, borracha, café, “cada um a seu tempo eixo da economia nacional (ou estadual)”. Por outro lado, em *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, Roberto Simonsen usa livremente o termo ciclo (alternando-o por vezes com o termo fase), para ciclo das indústrias extrativas (pau-brasil), do açúcar, da mineração (ouro e diamantes), do café. O livro de Simonsen é de 1937, mas reflete programa de seu curso na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em anos anteriores (provavelmente 1935). A originalidade de Arinos terá sido centrar a análise da história econômica brasileira na sucessão desses ciclos de produtos-rei².

Dos estudos de Arinos para o curso na UDF resultaram dois de seus três livros aqui resenhados: *Síntese da História Econômica do Brasil*, de 1938, e *Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil*, de 1944. No prefácio à 3ª. edição deste segundo livro, José Murilo de Carvalho menciona que *Conceito de Civilização Brasileira*, livro publicado por Arinos em 1936, também continha material preparado para o curso de história da UDF. No entanto, Arinos, em *A Alma do Tempo* (p. 453), classifica essa obra inicial como “bastante artificial”, afirmando que nela “falta método científico e sobram sugestões arbitrárias. Não é história, nem sociologia, nem filosofia; apenas medíocre literatura”. Como o livro aborda questões econômicas apenas tangencialmente não o incluímos nesta resenha.

O terceiro livro sobre história econômica brasileira de Arinos, *História do Banco do Brasil (Primeira Fase: 1808-1835)*, de 1947, teve origem em suas atividades como advogado do Banco do Brasil, onde ingressara também em 1936.

² Agradeço a Arno Wehling por me chamar a atenção para os textos contemporâneos ao de Arinos.

Consideramos a seguir o contexto de escrita dessas obras.

Síntese da História Econômica do Brasil. Este livro deriva de três conferências que Afonso Arinos proferiu em Montevideu, em janeiro de 1938, durante curso internacional de férias organizado pelo Ministério da Instrução do Uruguai. San Tiago Dantas, que também participou representando o Brasil, apresentou palestras sobre a história política do país. A delegação brasileira -- dois intelectuais e não diplomatas de carreira, como Arinos fez questão de salientar em discurso de homenagem ao ministro uruguaio -- foi designada formalmente pelo presidente Getúlio Vargas, mas de fato pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Enquanto Dantas entregou ao ministro brasileiro apenas um resumo de suas conferências, Arinos lhe enviou um relato completo, que resultou na publicação de seu livro ainda em 1938 pelo Ministério.

No ano seguinte, Arinos incluiu a *Síntese* em coleção de seus estudos, *Terra do Brasil*, publicado em 1939. Diz ele na apresentação: “Sendo uma exposição destinada a estrangeiros, não deixará também, talvez, de oferecer alguma utilidade a brasileiros que pretendam formar uma ideia do conjunto de nossa evolução histórico-econômica” (*Terra*, p. VIII). A *Síntese* foi reeditada em 1958, pela Universidade da Bahia, com prefácio do professor Pinto de Aguiar.

Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil. Este livro consiste em cinco conferências que Arinos realizou em outubro e novembro de 1941 no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan, atual Iphan), no Rio de Janeiro, a convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade, criador e diretor do Serviço, e primo do autor. O curso se destinava, esclarece Andrade no prefácio, “ao pessoal técnico da repartição, que tinha sentido necessidade...de um conhecimento maior do aspecto material do processo histórico do desenvolvimento da civilização em nosso país” (*Desenvolvimento*, 3ª. ed., p.19).

Publicado originalmente em 1944 como parte da coleção de monografias do Sphan (com prefácio de Rodrigo M. F. de Andrade), *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil* teve uma segunda edição em 1971, sob responsabilidade do Conselho Federal de Cultura (com prefácio de seu presidente, Arthur César Ferreira Reis). A terceira edição, de 2005, que usamos, é da Topbooks com interveniência da Academia Brasileira de Letras. Ela inclui, além dos prefácios anteriores, novo prefácio de José Murilo de Carvalho, orelha de Mary del Priore e quarta capa de Austregésilo de Athayde.

História do Banco do Brasil (Primeira Fase: 1808-1835). Arinos ficou somente dois anos como professor na UDF, pois, no final de 1937, instaurado o Estado Novo, o governo ditatorial proibiu as acumulações remuneradas, incluindo o Banco do Brasil entre elas. A conselho do diretor de sua escola na UDF, Edmundo da Luz Pinto, Arinos optou por manter o cargo mais bem remunerado de advogado do Banco do Brasil. Foi nesta função que, em fins de 1942, o presidente do banco, Marques dos Reis, o incumbiu de escrever aquele que seria seu terceiro livro sobre a história econômica do país, a história do primeiro Banco do Brasil, criado por D. João VI em 1808.

Na produção deste livro, Arinos contou com o apoio de dois assistentes para reunir e organizar materiais dos arquivos do banco, além de realizar extensas pesquisas na Biblioteca Nacional, consultando manuscritos, livros e periódicos. Ele assevera na *Alma do Tempo* que o trabalho de seus colaboradores foi árduo, encarregados de catalogar “todo o imenso acervo disperso nos jornais, avulsos e publicações do Primeiro Reinado e da Regência”. No entanto, como destaca na *História do Banco do Brasil*, os documentos manuscritos sobre a trajetória do banco eram escassos, limitando a profundidade da análise financeira.

Arinos concluiu o livro em 1943. Entretanto, a publicação da obra foi afetada pela repercussão do *Manifesto dos Mineiros*, documento daquele mesmo ano que defendia a restauração da democracia, idealizado por Arinos com execução liderada por seu irmão, Virgílio de Melo Franco. Ato contínuo, Getúlio Vargas determinou a aposentadoria compulsória de Arinos dos quadros do Banco do Brasil. Com isso, ficou interrompida a continuação da história do banco, bem como suspensa a publicação do primeiro volume. Só anos depois, em 1947, foi o livro editado, em São Paulo, sob os auspícios da Associação Comercial do Estado. Em 1973, o próprio Banco do Brasil, em associação com a Artenova, editou em quatro volumes a *História do Banco do Brasil* de 1808 até 1951, cujo primeiro volume é de autoria de Arinos (período 1808-1835) e os três seguintes de Cláudio Pacheco. É esta a edição aqui considerada. Há uma edição adicional de 1979, pelo Banco do Brasil em associação com a AGGS - Indústrias Gráficas S.A, em cinco volumes.

Passamos à análise do conteúdo dos três livros.

3. *Síntese da História Econômica do Brasil*

A *Síntese* justifica seu título inclusive pelo limitado número de páginas (na versão de 1938 são apenas 65), abrangendo em três conferências quatro séculos de história econômica do país. Propõe inicialmente Arinos:

“...a economia brasileira pode ser considerada em ciclos de certas formas sucessivos e que influem, um depois do outro, de maneira predominante, sobre a história do país. Cada um desses ciclos possui um núcleo principal, uma determinada produção que indiscutivelmente supera as outras atividades e monopoliza maiores atenções.... Na ordem cronológica, do século XVI ao século XX, podemos assim dividir a história da economia brasileira: 1 – ciclo do pau-brasil; 2 – ciclo do açúcar; 3 – ciclo do ouro; 4 – ciclo do café” (*Síntese*, 1938, p. 32).

Esclarece Arinos que sua preocupação dominante é fornecer uma indicação das linhas gerais do panorama econômico brasileiro através do tempo, colocando o auditório ao corrente do conjunto, explicando tanto quanto possível a origem e o significado dos grandes aspectos. “Não o fatigaremos com estatísticas nem com minúcias bibliográficas...dificilmente interessantes para um público pouco familiarizado com os detalhes da vida brasileira” (*Síntese*, 1938, p. 31).

A primeira conferência em seus subtítulos abrange sucessivamente: “O Pau-Brasil e os seus comércios ancilares”, “O ciclo do açúcar” e “O tabaco”, este tratado como a principal atividade ancilar ao açúcar. A segunda conferência inicia-se com “A criação do gado”, considerada também como atividade ancilar do açúcar. Vem a seguir seu foco principal, “O ciclo da mineração”, dividido em “o ouro” e “o diamante”. A terceira conferência abre-se com “o ciclo do café”, para concluir com “o ciclo industrial”.

A abordagem dos ciclos econômicos teve grande apelo pedagógico, facilitando sua adoção em livros escolares. Ela ajudou a organizar a história do Brasil em fases claramente definidas, vinculadas a atividades econômicas específicas. Não apenas tornou os processos históricos mais acessíveis, mas também contribuiu para sua ampla difusão no ensino. Entretanto, é difícil avaliar se essa difusão se deveu mais à *Síntese* de Arinos ou à *História Econômica do Brasil* de Roberto Simonsen.

Dito isso, é claro que obras posteriores com maior impacto trilharam caminhos distintos. Referimo-nos especificamente a *Formação do Brasil Contemporâneo* e *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Júnior, e a *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado. Nelas, o enfoque histórico desloca-se das alternâncias históricas do principal item de exportação para a evolução dos modos e relações sociais de produção.

Formação do Brasil Contemporâneo é livro mais denso do que *História Econômica do Brasil*, tendo sido saudado por Antônio Cândido, em seu prefácio a *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, como uma das três obras que revolucionaram a interpretação histórica do país, junto com *Casa Grande e*

Senzala, de Gilberto Freire, e o próprio *Raízes*. Mas foi *História Econômica do Brasil*, talvez por seu tom didático, que fez maior sucesso editorial.

Embora o texto da orelha deste segundo livro de Caio Prado enfatize que seu enfoque marxista não se baseia “na simples cronologia dos fatos verificados na superestrutura política”, é Furtado -- afiliado mais a Keynes do que a Marx -- quem organiza seu livro estritamente em torno de conceitos econômicos. Senão vejamos.

História Econômica do Brasil de Prado se divide em oito seções: Preliminares (1500-1530), A Ocupação Efetiva (1530-1640), A Expansão da Colonização (1640-1707), Apogeu da Colônia (1707-1808), A Era do Liberalismo (1808-1850), O Império Escravocrata e a Aurora da Burguesia (1850-1889), A República Burguesa (1889-1930), A Crise de um Sistema (1930-?). Vê se que Colônia, Império e República – conceitos políticos – se associam à sucessão histórica dos regimes econômicos na tradição marxista.

Formação Econômica do Brasil de Furtado é, por assim dizer, mais “economicista”, como indicam os títulos das cinco partes em que se divide: Fundamentos Econômicos da Ocupação Territorial, Economia Escravista de Agricultura Tropical (Séculos XVI e XVII), Economia Escravista Mineira (Século XVIII), Economia de Transição para o Trabalho Assalariado (Século XIX), Economia de Transição para um Sistema Industrial (Século XX). Não há qualquer referência à “superestrutura política”. Na verdade, os termos Império ou Monarquia não aparecem nem mesmo no índice analítico da *Formação*.

Em suma, apesar de sua brevidade, a *Síntese* de Arinos foi um marco na historiografia econômica brasileira, antecipando estudos mais abrangentes que viriam posteriormente. Embora superada por essas obras que se lhe sucederam, o livro de Arinos destacou a complexa relação entre economia, sociedade e política na formação do Brasil, oferecendo uma visão integrada e acessível do desenvolvimento histórico do país.

4. *Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil*

Esta obra é mais extensa (139 páginas na edição de 2005) do que a anterior e também mais minuciosa, pois – apesar do título isso não sugerir -- seu objeto é menos diversificado do que o conjunto dos temas econômicos tratados na *Síntese*.

Começamos, pois, pelo título. A expressão civilização material hoje em dia claramente nos remete à obra monumental de Fernand Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. Na Introdução do Volume I, Braudel esclarece o que denomina de civilização ou vida material:

...uma zona de opacidade... estende-se abaixo do mercado; é a atividade elementar de base que se encontra em toda parte...Essa zona densa, ao nível do solo, chamei, por falta de um termo melhor, de vida material ou civilização material. A ambiguidade da expressão é evidente. Mas imagino que... um dia ou outro [economistas] encontrarão uma etiqueta mais adequada para designar essa infraeconomia, essa outra metade informal da atividade econômica, a da autossuficiência, do escambo de produtos e serviços em um raio muito curto (Braudel, 2022, p. 7)³.

Já Caio Prado Jr., que, como aponta Merkel (2024), conviveu com Braudel em Paris entre 1937 e 1939, divide seu marcante livro de 1942, *Formação do Brasil Contemporâneo*, em três grandes partes: Povoamento, Vida Material e Vida Social. Aqui, vida material (que na tradição marxista do autor condiciona a vida social) se refere ao conjunto das atividades econômicas do país, não somente à economia de subsistência de Braudel.

Pois bem, a civilização material de Arinos nada tem a ver com os conceitos de Braudel ou de Caio Prado Jr. Não se refere nem à economia de subsistência, nem à economia como um todo. Refere-se ao objeto de trabalho do Sphan, para cujos funcionários suas conferências eram dirigidas, ou seja, o patrimônio histórico material do país: monumentos de pedra, centros urbanos, caminhos, habitações – “pedra e cal” como diz o jargão patrimonialista. O desenvolvimento histórico desse patrimônio, do século XVI ao século XIX, é o objeto do estudo de Arinos: engenhos, igrejas, fortes, armazéns, casas rurais e operárias, câmaras e fazendas de café, caminhos e estradas que nos levam às origens de cidades que hoje compõem a vida urbana do país.

Na primeira conferência, “Fatores primitivos”, com o subtítulo “o português, o negro, o índio”, Arinos assevera que o desenvolvimento da civilização material do país é de base portuguesa, pois os elementos negros e índios seriam de difícil identificação. Essa conclusão não parece fazer sentido de um ponto de vista econômico, pois desconsidera que foi com a mão-de-obra escravizada de indígenas e africanos que em larga medida se construiu o patrimônio material do país: a arquitetura poderá ter sido portuguesa, mas a engenharia é obra das três raças, para usar a inadequada terminologia dos anos 1940.

Nas quatro conferências seguintes Arinos aborda a evolução da vida material no país, século por século, do XVI ao XIX. As conferências oferecem uma visão sintética da formação material do país, nos conduzindo numa viagem que cobre todas as partes da colônia portuguesa e nos mostra o lento povoamento do país, o surgimento de feitorias, engenhos, vilas e cidades, o

³ Tradução do original em francês pelo ChatGPT.

abrir dos caminhos, o desenvolvimento das técnicas de produção, dos transportes e das construções. O livro aproveita com eficiência as fontes e a historiografia então disponíveis e as organiza de maneira sintética, inteligente e inovadora. O tom coloquial do texto é incentivo adicional à leitura⁴.

Apesar de suas qualidades, o livro de Arinos não tem sido muito referenciado, provavelmente por seu enfoque especializado. Entretanto, exerceu papel crítico na disseminação dos museus regionais do Sphan, como explica Britto (2022), que contém ampla bibliografia sobre a influência do conceito de civilização material de Arinos nas atividades do Sphan.

De fato, as palestras de Arinos impactaram fortemente a compreensão e a gestão das políticas do patrimônio no Brasil. Além de primo de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Arinos era membro do Conselho Consultivo do Sphan, sendo um dos intelectuais mais atuantes na chamada Academia Sphan (Velo, 2018). De acordo com Fonseca (2005), uma das principais contribuições do conceito de civilização material de Arinos foi permitir visualizar os bens e conjuntos urbanos a partir de sua relação com o processo histórico de ocupação das diferentes regiões do país.

A interpretação da formação da nacionalidade a partir do conceito de civilização material, nos moldes delineados por Arinos, propiciou uma sistematização dos critérios técnicos utilizados pelos integrantes do Conselho Consultivo do Sphan na seleção daquilo que deveria configurar o chamado patrimônio histórico e artístico nacional. O curso de Arinos tornou-se, assim, um modo de orientar os técnicos do Sphan em seus enquadramentos da cultura material digna de ser salvaguardada. Feito e tanto para um livro acadêmico!⁵

5. *História do Banco do Brasil (Primeira Fase – 1808-1835)*

Com 279 páginas (afora cinco grandes tabelas anexas) em sua edição de 1973, este livro é mais encorpado que os dois anteriores. Ao contrário desses, que se valeram de fontes bibliográficas preexistentes, envolve ampla pesquisa original. Desta forma, provê, nas palavras do eminente historiador português, José Luís Cardoso (2010, p. 168), “um dos mais rigorosos e completos registros sobre a primeira fase da história bancária brasileira”. “Trabalho minucioso, que oferece um histórico seguro e bem traçado da fase inicial das finanças brasileiras”, complementa Caio Prado Jr. em *História Econômica do Brasil* (6ª. ed., 1961, p. 342).

⁴ Uso com liberdade neste parágrafo trechos do prefácio de José Murilo de Carvalho à 3ª. edição de *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*.

⁵ Os dois últimos parágrafos reproduzem informações em Britto (2022, p.5).

O subtítulo do artigo de Cardoso sobre o primeiro Banco do Brasil -- crônica de uma morte anunciada -- aplica-se com justeza ao livro de Arinos. Pois, o banco foi criado por D. João VI em 1808, como banco emissor e de crédito, essencialmente para servir de fonte de recursos para a Coroa portuguesa. São poucos os balanços disponíveis do Banco -- as tabelas anexas ao livro de Arinos contêm somente os de 1821 e 1829, afora o acerto de contas entre o Banco e o Tesouro de 1835. Mas esses balanços demonstram que, ainda que exercesse alguma intermediação financeira, o grosso das atividades do banco consistia em empréstimos ao governo amplamente financiados pela emissão de suas próprias cédulas.

Bibliografia recente reitera esse fato. Müller e Lima (2002) observam que “era reduzida a atividade do Banco no desconto de letras privadas. Esta poderia ser apontada, inclusive, como uma das razões para o fato de o Banco do Brasil ter tido, por ocasião da discussão sobre o seu eventual destino, pouco apoio político e uma mídia francamente desfavorável”. Carrara (2022) considera o banco, ao lado do erário, a coluna vertebral do novo Estado brasileiro ao assegurar-lhe recursos indispensáveis para sua sustentação financeira, afirmando que seus empréstimos eram utilizados como recursos extrafiscais para financiar os mais variados tipos de despesa. Gambi (2022) mostra, por meio de relatórios do Ministério da Fazenda, a importância do banco no financiamento do governo durante a Independência, também captando, por meio da imprensa, a influência desse processo sobre a confiança na instituição. Gaya (2024) conclui que as variadas distorções inflacionárias não só minaram a solvência do banco, mas também a estabilidade e confiança na moeda em geral.

Dado o estado fortemente deficitário das contas do governo, seja sob D. João VI, seja sobre D. Pedro I, houve ampla emissão de cédulas do Banco do Brasil para financiar esses déficits, o que, a partir de 1815 e com particular força a partir de 1825, levou à depreciação dessas cédulas supostamente conversíveis em ouro. Cariello e Pereira (2022) defendem a tese que a crise fiscal sob D. João VI esteve na raiz da Independência brasileira. A mesma tese provavelmente se aplica à abdicação de D. Pedro I em 1831.

Reporta Dorival Teixeira Vieira (1947, p. 55), em livro sobre a evolução do sistema monetário brasileiro, contemporâneo ao de Arinos, que as moedas de ouro tinham um prêmio de 28% em relação às cédulas do Banco em 1821, prêmio esse que cresceu continuamente até atingir 210% em 1831, por ocasião da liquidação do banco. À emissão de papel moeda do Banco do Brasil também correspondeu a depreciação do mil-réis em relação à libra esterlina, que se manifesta a partir de 1815 e com particular força a partir de 1825. Em que medida o primeiro movimento também esteve associado ao retorno da libra esterlina ao padrão-ouro em 1816 e o segundo a déficits no balanço de

pagamentos brasileiro é questão a ser esclarecida. Peláez e Suzigan (1976, p. 47) observam que o segundo quinquênio da década de 1820 foi de forte crise externa para o país.

A desvalorização dos bilhetes do Banco do Brasil foi acompanhada de corridas ao banco que requereram intervenções policiais. A isso se associou enorme alvoroço no Parlamento com relação a desmandos na condução do banco. O desfecho foi a liquidação em 1829, processo que se arrastou ainda por seis anos.

Arinos acompanha essa odisseia passo a passo com riqueza de detalhes, especialmente com relação aos debates parlamentares e sua repercussão na imprensa, sem falar em deliciosas histórias paralelas. O primeiro capítulo trata da fundação do Banco, já concluindo que “por mais que se pretendesse dar ao Banco a aparência de uma organização comercial autônoma...pouco a pouco se foi tornando patente seu caráter de dócil instrumento nas mãos do Estado...até que sua utilidade se diluiu na onda de descrédito, injustamente exagerada [por] demagogia parlamentar” (*História*, 1973, p. 33).

O segundo capítulo lida com o início do funcionamento e o terceiro com a fase de desenvolvimento do banco, de 1812 a 1821. Arinos considera a seguir a evolução do Banco com a Independência e a fundação do Império, até 1826, ano em que há forte desvalorização das notas do banco em relação às moedas metálicas. Arinos assevera que a razão disso deveria ser procurada no funcionamento da Assembleia Legislativa, que ampliava, para ele desmesuradamente, o descontentamento popular. Os capítulos seguintes tratam da evolução da campanha parlamentar contra o Banco até sua extinção em 1829 e os pródomos da liquidação. A história se fecha no décimo capítulo, que relata o encerramento da liquidação em 1835.

A conclusão de Arinos é breve. Ele cita diversos financistas, Calógeras (1910, 1960) proeminente entre eles, para quem a liquidação do banco teria sido o mais grave erro financeiro cometido pela Primeira Monarquia. Argui Arinos que o progresso da vida econômica nacional não poderia dispensar a existência de institutos provedores de crédito. “Como, também, ao Governo do país não era mais possível prescindir de um aparelho auxiliar da administração, que servisse de apoio às finanças públicas e ao mesmo tempo de elemento de equilíbrio do circulante nacional” (*História*, 1973, p. 265).

Arinos finaliza afirmando que os acontecimentos que seguiram ao período do primeiro Banco do Brasil demonstrariam abundantemente essas asserções. Dorival Teixeira Vieira concorda com ele, assinalando em *A Evolução do Sistema Monetária Brasileiro* que “como resultado final [da liquidação] ficáramos sem um aparelhamento bancário que pudesse trazer reais benefícios econômicos”. Conclui o professor da USP, talvez exageradamente, que “Daí

se explicarem as perturbações econômicas, sociais e políticas que sacudiram o país até 1840” (Vieira 1947, p. 63).

Deve, entretanto, notar-se que, já em 1833, o governo tentou criar um segundo Banco do Brasil, não tendo sido bem-sucedido porque, como relatam Pacheco (1973) e Gambi (2011), a agitação política do período e a desconfiança em relação a um banco ligado ao Estado não permitiram sua concretização. Seguiu-se um período de pluralidade bancária, até que, em condições políticas e econômicas mais propícias, o segundo Banco do Brasil foi criado em 1853. Mas essa é outra história, que Arinos não pôde contar.

6. Conclusão

Cada um a sua maneira, e obedecendo às limitações da época em que foram escritos, os três livros de Arinos deram importantes contribuições para o conhecimento do passado brasileiro e têm obtido devido reconhecimento por historiografia econômica posterior.

A *Síntese* mantém seu interesse para os estudiosos da historiografia econômica do país. O *Desenvolvimento* continua a ser saborosa viagem de descoberta da evolução do patrimônio material do país. A *História* impressiona por sua pesquisa original da odisseia do primeiro Banco do Brasil e, mais ainda, por nos expor, na pena leve e culta de Arinos, as entranhas financeiras e políticas do turbulento período, fundamental em nossa história, em que a colônia se tornou nação.

Referências

- Braudel, Fernand. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme - Tome 1. Les structures du quotidien*. Paris, FR: Armand Colin, 2022 [1a. ed., 1979].
- Britto, Clovis Carvalho. “A ‘civilização material’ nos museus regionais do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: confluências entre a criação do Museu do Diamante e a imaginação museal de Juscelino Kubitschek”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20210085.
- Calógeras, Pandia. *La Politique Monétaire du Brésil*. Rio de Janeiro: Impremérie Nationale, 1910. Traduzido como *A política monetária do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1960.
- Cardoso, José Luís. “Novos elementos para a história do Banco do Brasil (1808-1829): crônica de um fracasso anunciado”. *Revista Brasileira de História*, 30(59), p. 167-192, 2010.
- Cariello, Rafael; e Pereira, Thales A. Z. *Adeus Sr. Portugal: crise do absolutismo e a Independência do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2022.
- Carrara, Angelo A. *As Finanças do Estado Brasileiro, 1808-1898*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2022.
- Fonseca, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Brasília: IPHAN, 2ª. ed., 2005.
- Franco, Afonso Arinos de Melo. *O índio brasileiro e a revolução francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural*. Rio de Janeiro: Topbooks, 3ª. ed., 2000 [Jose Olympio, 1ª. ed., 1937; 2ª. ed., 1976].
- Franco, Afonso Arinos de Melo. *Conceito de Civilização Brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.
- Franco, Afonso Arinos de Melo. *Síntese da história econômica do Brasil (Curso de férias em Montevideú)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Serviço Gráfico, 1938.
- Franco, Afonso Arinos de Melo. “Síntese da história econômica do Brasil”. Em: *Terra do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, p. 120-192, 1939.
- Franco, Afonso Arinos de Melo. *Síntese de história econômica do Brasil*. Salvador, BA: Edição conjunta com a Universidade da Bahia/Livraria Progresso Editora, 1958.
- Franco, Afonso Arinos de Melo. *História do Banco do Brasil: primeira fase -- 1808-1835*. São Paulo: Instituto de Economia da Associação Comercial, 1947.
- Franco, Afonso Arinos de Melo. *História do Banco do Brasil (Primeira Fase: 1808-1835)*. 1º. Volume. Rio de Janeiro: Banco do Brasil/Artenova, 1973. [Reeditado em 1979 pelo Banco do Brasil e AGGS – Indústrias Gráficas S.A.].

- Franco, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 3ª. ed., 2005 [1ª. ed., Sphan, 1944; 2ª. ed., Conselho Federal de Cultura, 1971].
- Franco, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.
- Franco, Bernardo de Souza. *Os bancos do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1848. [Reeditado como vol. 26 da Coleção Temas Brasileiros. U. de Brasília, 1984].
- Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 11ª. ed. [1ª. ed., 1959], 1971.
- Gambi, Thiago F. R. “Banco do Brasil: estatutos comparados (1808, 1833, 1853)”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, v. 25, p. 27-71, 2011.
- Gambi, Thiago F. R. “A Independência e o banco, Brasil 1821-1829”. *Revista USP*, 132, p. 125-148, 2022.
- Gaya, Pedro L. *Da falência do primeiro Banco do Brasil: ouro, prata, cobre e papel pintado*. São Paulo: Ipê das Letras, 2024.
- Merkel, Ian. *Termos de Troca: Intelectuais Brasileiros e as Ciências Sociais Francesas*. São Paulo: Edusp, 2024.
- Müller, Elisa; e Cerqueira-Lima, Fernando Carlos. “Moeda e Crédito no Brasil: breves reflexões sobre o primeiro Banco do Brasil (1808-1829)”. *Revista Tema Livre*, 1, 2002.
- J. F. Normano. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975, 2ª. ed. [1ª. ed., 1938. Original em língua inglesa, U. North Carolina Press, 1935].
- Pacheco, Cláudio. *História do Banco do Brasil*. Rio de Janeiro: Banco do Brasil/Artenova, 1973, v.2.
- Peláez, Carlos Manuel; e Suzigan, Wilson. *História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias*. Rio de Janeiro: IPEA, 1976.
- Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 16ª. ed. [1ª. ed., 1942], 1979.
- Prado Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 6ª. ed. [1ª. ed., 1945], 1961.
- Simonsen, Roberto. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005 [1ª. ed., Cia. Editora Nacional, 1937].
- Veloso, Mariza. *O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia SPHAN – a relação entre modernismo e barroco*. Editora da UnB, 2018.
- Vieira, Dorival Teixeira. “A evolução do sistema monetário brasileiro”. *Revista de Administração*, 1(2), p. 1-385, 1947.